

## **PORTUGAL 3 ANOS DEPOIS ESTÁ MAIS POBRE E DESIGUAL**

Decorridos quase 3 anos de aplicação do memorando da troica, a realidade, os dados e a generalidade dos números confirmam que estamos perante um programa que não só coloca o país numa situação de insustentabilidade económica, financeira, social e demográfica, como põe em causa direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Social Europeia.

### **RECESSÃO E RETROCESSO ECONÓMICO**

Entre 2010 e 2013 o país viu o produto diminuir 5,7%, recuando para níveis semelhantes aos verificados no início do século. Embora o Governo anuncie o “sucesso” das suas políticas desde o final do ano passado, os números revelam uma contínua diminuição do PIB desde 2011, tendo-se verificado uma quebra de 1,4% em 2013 face ao ano anterior. Ao longo do seu mandato, o Governo do PSD-CDS reduziu a riqueza criada no país em 8,5 milhões de euros por dia.

A evolução do PIB deveu-se sobretudo à enorme queda da procura interna (-13,7% entre 2010 e 2013), como consequência directa da perda de poder de compra das famílias. Por outro lado, verificou-se uma acentuada redução no investimento (-28,4% entre 2010 e 2013). Também a produção industrial, no mesmo período, diminuiu 6 p.p.

### **POBREZA GENERALIZA-SE**

Os números da pobreza, publicados recentemente pelo INE, reflectem bem os resultados da política de empobrecimento e de concentração da riqueza que tem sido levada a cabo pelo Governo. Com o rendimento mediano de 2009, a taxa de pobreza atingiu os 24,7% em 2012, o que significa que cerca de um quarto da população portuguesa vivia com menos de 434 euros mensais. A pobreza disseminou-se com particular incidência entre as crianças, 30,9% e entre os desempregados, 40,2%<sup>1</sup>. Dados que não contemplam os mais de 66 mil trabalhadores que ficaram desempregados em 2013<sup>2</sup>, o corte no subsídio de desemprego e de doença, a redução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (-19%), o agravamento do corte nos salários dos trabalhadores da Administração Pública e o alargamento da aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade. Assim, é certo que a pobreza está hoje mais generalizada que em 2012 e que irá alastrar nos próximos anos, a prosseguir as políticas que têm depauperado os trabalhadores e pensionistas.

### **DESIGUALDADES ACENTUAM-SE**

A política que produz cada vez mais pobres é a mesma que reforça a fortuna dos mais ricos: os 10% mais ricos recebem quase 11 vezes mais do que os 10% mais pobres da população portuguesa, rácio que tem crescido progressivamente. Um relatório recente sobre a ultra-riqueza divulga que a fortuna dos milionários portugueses cresceu 11% em 2013 face ao ano anterior. Acresce que parte significativa da despesa pública está a ser desviada para o pagamento de juros e de encargos de dívida, superando já as transferências do Orçamento de Estado para o Serviço Nacional de Saúde.

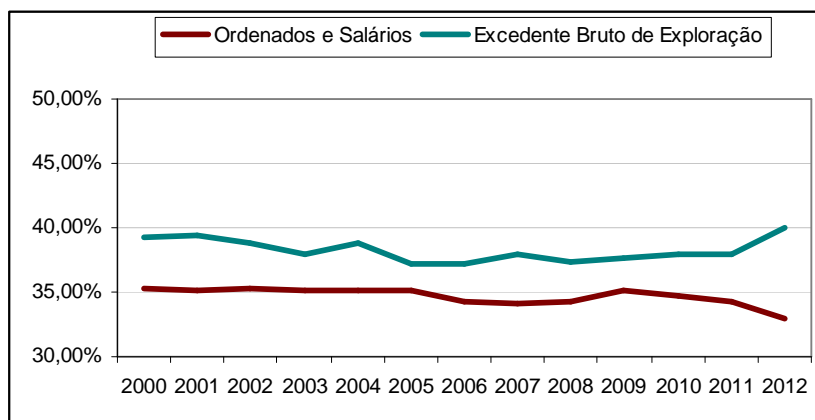
---

<sup>1</sup> Aos preços de 2012

<sup>2</sup> Em sentido lato

Simultaneamente, a distribuição do rendimento nunca foi tão desfavorável aos trabalhadores, auferindo estes apenas 33% da riqueza produzida anualmente (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Diminuição do peso dos salários no PIB em Portugal**



Fonte: INE e Banco de Portugal; no valor dos Ordenados e salários encontram-se deduzidas as contribuições para a Segurança Social

A aceleração da desigualdade na distribuição do rendimento tem sido motivada não só pelo aumento do desemprego, mas também, entre outras, pela redução salarial a que os trabalhadores portugueses têm sido sujeitos, com o congelamento do salário mínimo, os cortes salariais e aumento do tempo de trabalho na Administração Pública e a queda dos salários nas novas contratações. Soma-se ainda o brutal aumento do IRS sobre os salários e pensões, uma verdadeira expropriação dos rendimentos do trabalho com a qual o Governo procurou reduzir o défice público, e que contribuiu para esmagar o poder de compra dos trabalhadores e dos pensionistas.

### **CONTRATAÇÃO COLECTIVA BLOQUEADA**

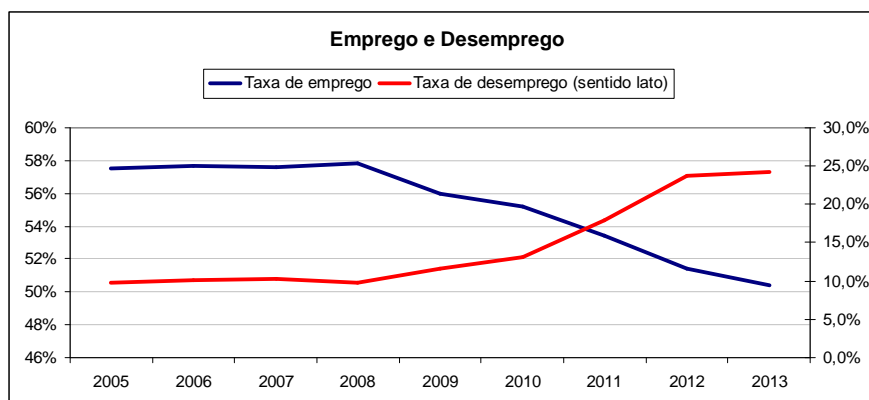
A contratação colectiva está bloqueada, com menos de 10% de trabalhadores abrangidos pela renovação de contratos colectivos em 2013 – situação que não é devida à situação económica nacional, uma vez que a contratação colectiva não abrange apenas os salários e os subsídios. Sem deixar de reflectir a intransigência patronal – que usa a crise como pretexto para não melhorar os salários e as condições de trabalho, mesmo quando são boas as condições económicas dos sectores e empresas –, a estagnação da contratação colectiva traduz sobretudo a interferência inadmissível do Governo e da troika no direito de contratação colectiva.

As portarias de extensão quase deixaram de ser publicadas, aumentando as desigualdades, e na Administração Pública, os direitos de negociação colectiva são frontalmente desrespeitados ao não se publicarem as centenas de contratos colectivos (ACEEP`s no caso) já assinados que asseguram as 35 horas semanais.

### **DESEMPREGO INSUSTENTÁVEL**

A política do Governo PSD/CDS originou 665 mil novos desempregados entre 2011/2013 – cerca de 600 novos desempregados por dia. A taxa de desemprego atingiu, em 2013 e em termos latos, os 24,3% (Gráfico 2), com a taxa de desemprego jovem a chegar aos 37,7%, máximos históricos e incomportáveis para a sustentabilidade social e económica do país. As previsões dão conta da manutenção das taxas de desemprego em níveis inaceitavelmente elevados durante os próximos anos, sendo ainda de 15,6% em 2020 (em sentido estrito) – superior à taxa verificada em 2011. Sublinha-se ainda que mais de metade dos desempregados não auferem qualquer prestação de desemprego.

**Gráfico 2 – Taxa de emprego e de desemprego em Portugal**



Fonte: Estatísticas do Emprego, INE; taxa de desemprego em sentido lato na escala da direita

No que concerne à taxa de emprego, as previsões não podem ser desligadas de uma política que fracassou em toda a linha e da expulsão massiva de pessoas da actividade produtiva nacional, devido à emigração e ao desencorajamento (dos que procuram, mas não encontram emprego), como não podem estar desligadas da crescente precarização dos vínculos de trabalho, sendo precários<sup>3</sup> mais de 80% dos contratos de trabalho estabelecidos nos últimos seis meses.

### **EMIGRAÇÃO FORÇADA COLOCA O PAÍS EM ALERTA VERMELHO**

A baixa dos salários, aliada ao desemprego e à precariedade, está a ter um efeito desastroso em termos de saída do país de trabalhadores qualificados, desde logo os jovens. A emigração (permanente e temporária) voltou a valores que fazem lembrar os anos 60 do século passado (mais de 220 mil em 2011-2012, dos quais 43% a título permanente, e uma quebra de mais 100 mil na população total residente em 2013), o que amorteceu os efeitos na taxa de desemprego da perda de empregos. A emigração é agora diferente dos anos 60 na medida em que muitos dos jovens altamente qualificados estão a emigrar, tendo o país perdido mais de 190 mil jovens (15-34 anos) nos últimos dois anos, e tem implicações gravosas na capacidade produtiva nacional presente e futura, na aceleração do envelhecimento da população e na base de financiamento do sistema social.

A emigração massiva, aliada à baixa natalidade – devida aos baixos rendimentos, à instabilidade no emprego, às longas jornadas de trabalho –, coloca o país na rota da insustentabilidade demográfica. Há muito que a CGTP-IN tem chamado a atenção para as consequências dramáticas da política de austeridade no domínio demográfico, tendo os dados do INE colocado Portugal em alerta vermelho ao prever, como cenário moderado, uma queda de quase 2 milhões de residentes entre 2012 e 2060.

### **MODELO DE BAIXO VALOR COMPROMETE O DESENVOLVIMENTO**

Esta é uma política que põe em causa o desenvolvimento económico e social ao insistir numa produção de baixo valor acrescentado, assente em baixos salários e na desprotecção social. Uma política que pode ser do agrado de uma parte do patronato e dos chamados “credores”, mas é contrária ao interesse nacional e às perspectivas de desenvolvimento do país.

<sup>3</sup> Dados do Fundo de Compensação do Trabalho, Março 2014

O anúncio de novos cortes – nas pensões, através da substituição da CES por uma medida de natureza permanente, nos salários, através da “tabela única” na Administração Pública e nas Funções Sociais do Estado, através da denominada “Reforma do Estado” – é demonstrativo de que o Governo está fortemente empenhado em prosseguir e aprofundar a mesma política, de exploração e empobrecimento, em 2015 nos anos seguintes, para os mesmos de sempre: os trabalhadores, os desempregados e os pensionistas.

### **A CGTP-IN REJEITA A PERPETUAÇÃO DOS CORTES**

As notícias vindas a público relativas às medidas que constarão no Documento de Estratégia Orçamental (DEO) 2014 – 2018, por sua vez indicativo do conteúdo do Orçamento de Estado para 2015, vêm confirmar as denúncias que a CGTP-IN tem feito sobre as intenções em tornar permanentes os cortes efectuados nos salários e nas pensões nos últimos três anos. Medidas estas que, a concretizarem-se, constituirão perdas definitivas para as actuais e futuras gerações.

No domínio dos salários, a “tabela única” e a revisão dos suplementos remuneratórios para a Administração Pública, bem como de uma eventual alteração cirúrgica da legislação do trabalho (redução das indemnizações dos despedimentos ilegais) e da contratação colectiva para o sector privado e sector público empresarial, constituem a perpetuação dos cortes efectuados e abrem caminho para novas e significativas perdas do poder de compra.

Neste sentido, a abordagem, pelo Governo, do aumento do SMN como moeda de troca para a desregulamentação da legislação do trabalho e a destruição da contratação colectiva, é fraudulenta e ilegítima. O que se exige é a passagem do SMN para os 515€, a partir de 1 de Junho de 2014, sem qualquer tipo de contrapartidas.

### **MAIS EMPREGO E MELHORES SALÁRIOS PARA UMA SEGURANÇA SOCIAL MAIS FORTE**

Relativamente aos anunciados cortes nas reformas, a CGTP-IN considera ser profundamente perversa a utilização de indicadores económicos e demográficos como forma de sustentar a alteração dos regimes de pensões, como se não se tratasse de uma escolha política.

A sustentabilidade financeira da Segurança Social está posta em causa sobretudo devido à degradação da qualidade do emprego, ao aumento do desemprego e aos baixos salários, e não ao envelhecimento da população. As contribuições para a Segurança Social estão a cair há três anos, enquanto o desemprego, ao mesmo tempo que faz diminuir as receitas de contribuições, aumenta a despesa. Não combater as reais causas das dificuldades da Segurança Social mas, ao invés, voltar a cortar nos salários e nas pensões, invocando a demografia, não só não resolve os problemas existentes como os agrava.

É ainda importante recordar que já há indicadores demográficos – no caso, a esperança de vida aos 65 anos –, que foram usados para proceder ao corte nas pensões, através do factor de sustentabilidade, e que estão a ser novamente utilizados para aumentar a idade da reforma e agravar a penalização das reformas antecipadas.

### **É PRECISO RESPEITAR OS REFORMADOS E PENSIONISTAS**

Desde a criação da CES que a CGTP-IN denuncia a injustiça que a medida constitui, por ser de facto um imposto que incide, de forma unilateral e coactiva, sobre o rendimento pessoal específico dos aposentados, reformados e pensionistas, atribuído por regimes previdenciais de natureza contributiva, e que se encontra igualmente sujeito nos termos gerais ao IRS. Salienta-se ainda que os reformados, aposentados e pensionistas se encontram numa situação de especial carência e vulnerabilidade material, na medida em que já cessaram a sua vida activa e portanto não têm perspectivas de progressão profissional susceptível de aumentar no futuro o seu rendimento, na maior parte das situações não podem acumular pensões com rendimentos do trabalho (por

impossibilidade legal ou até por impossibilidade física, pois não estão excluídas desta tributação pessoas com eventuais doenças incapacitantes e/ou degenerativas relacionadas ou não com a idade) e frequentemente vêem aumentar de forma crescente os seus encargos nomeadamente com a saúde. Sem esquecer que muitos deles, devido à crise, ao desemprego e às reduções salariais, são hoje o suporte de filhos e netos e das respectivas famílias.

Tornar a CES definitiva, sob de que forma for, é eternizar a injustiça social, indo contra o disposto na Constituição da República Portuguesa e no acórdão do Tribunal Constitucional que, tanto em relação às pensões como aos salários, considerou que não poderiam ter um carácter perpétuo. A insistência do Governo em onerar este grupo de cidadãos com medidas acumuladas de redução de rendimento, revela quer a sua profunda insensibilidade social, quer uma clara opção de classe contra os mais fracos e vulneráveis.

## **O PAÍS TEM FUTURO COM OUTRA POLÍTICA!**

Os trabalhadores, os pensionistas, os desempregados e os jovens precisam de uma profunda mudança de política. Portugal precisa de uma política que aposte num modelo de desenvolvimento orientado para produções de elevado valor acrescentado, no emprego de qualidade, numa justa repartição do rendimento com a melhoria dos salários e das pensões, em funções sociais universais, gratuitas e de qualidade e em mais e melhores serviços públicos.

Neste sentido, a CGTP-IN considera urgente:

### **A melhoria dos salários e das pensões para fomentar a justiça social e dinamizar o mercado interno,**

- aumento do salário mínimo nacional para 515€, a partir de 1 de Junho de 2014;
- reposição imediata dos salários e pensões injustamente cortados desde 2011.

### **A promoção do emprego com direitos,**

- estabilidade e segurança articuladas com uma justa remuneração e uma organização do tempo de trabalho, susceptível de conciliar a actividade profissional com a vida pessoal e familiar.

### **Uma nova política fiscal que alivie os rendimentos do trabalho e dos pensionistas e incida sobre o capital,**

- desagravamento da carga fiscal dos trabalhadores e pensionistas em sede de IRS (nomeadamente a revogação da sobretaxa; uma maior progressividade do imposto; englobamento de todos os rendimentos); alteração do IVA e do IMI;
- aumento da carga fiscal para as grandes empresas e grupos económicos, introduzindo progressividade no IRC e alargando a sua base tributária, nomeadamente com a retirada de benefícios e isenções fiscais aos rendimentos de capital;
- combate à fraude e evasão fiscais, com a substancial melhoria dos recursos humanos, técnicos e financeiros da administração fiscal.

### **A revogação da legislação anti-laboral que agrava a exploração**

- das normas que aumentam a instabilidade laboral dos trabalhadores do sector privado e público e generalizam a precariedade, ao facilitar os despedimentos e reduzir as indemnizações;
- das normas que flexibilizam os horários de trabalho de acordo com os interesses patronais.

**O fim dos bloqueios à negociação colectiva,**

dinamização da contratação colectiva;

publicação de todas as portarias de extensão;

cumprimento do direito de negociação colectiva na Administração Pública, a publicação, de imediato, dos ACEEP`s já assinados;

reposição das 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da Administração Pública;

rejeição das propostas que o Governo prepara para apresentar e que têm como objectivo desregular a legislação do trabalho e destruir a contratação colectiva.

**O reforço das prestações sociais,**

alargando o subsídio social de desemprego a todos aqueles que não auferem qualquer prestação de desemprego;

revogando todas as normas que têm, de forma administrativa e aleatória, reduzido substancialmente o Rendimento Social de Inserção, o Abono de Família e o Apoio Social Escolar ao mesmo tempo que a pobreza prolifera e se agrava.

**O reforço das Funções Sociais do Estado,**

garantindo o cumprimento pleno dos princípios dos Serviço Nacional de Saúde, da Educação e da Segurança Social consagrados na lei fundamental, como motores da coesão social e do desenvolvimento nacional.

**A dinamização da produção nacional,**

revigorando os sectores tradicionais;

diversificando o perfil produtivo nacional com a aposta em fileiras de alto valor acrescentado;

reforçando e fortalecendo o sector público empresarial, nomeadamente dignificando os seus trabalhadores.

**A utilização das verbas previstas no Acordo de Parceria ao serviço do desenvolvimento económico e social do país,** e não subordinado aos interesses dos grandes grupos económicos nacionais e transnacionais.

**A renegociação da dívida pública de forma a permitir conciliar um serviço de dívida compatível com o crescimento económico e do emprego,**

nos seus prazos, juros e montantes, assumida por iniciativa do Estado português, na salvaguarda dos interesses do país e do povo;

a possibilidade do Estado português se poder financiar junto do BCE, nas mesmas condições e juros que a banca privada o faz.

Lisboa, 9 de Abril de 2014